



## CONSTRUÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO JORNAL *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*

Leandro do Carmo Quintão  
Doutorando em História – UFES

**RESUMO:** Esse artigo tem por objetivo analisar a representação da escravidão construída pelo jornal *A Província do Espírito Santo* na década de 1880. Primeiramente, essa pesquisa investiga o histórico do jornal, juntamente com o de seus editores, Moniz Freire e Cleto Nunes, e a interação de ambos com o contexto político e contestador do período. Em seguida, com o intuito de identificar as principais características e referências que norteavam o mencionado periódico, apresentamos a hipótese de que essa representação (i) estava voltada para legitimar fins abolicionistas e contestadores, e (ii) se enquadrava em um projeto maior, pautado na afirmação econômica provincial, o qual atendia aos interesses de uma parcela da elite política de Vitória.

**Palavras-chave:** Escravidão; jornais; Espírito Santo;

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the representation of slavery built by the newspaper *A Província do Espírito Santo* over the 1880s. First, this research investigates the newspaper's history along with its editors', Moniz Freire and Cleto Nunes, and the interaction of these with the political context and the challenging context of the period. Then, in order to identify the main characteristics and references that guided the aforementioned newspaper, we present a hypothesis that this representation (i) was focused to legitimate abolitionists purposes and protesters; and (ii) fit in a broader project based on the province economic development, which served interests of part of Vitória's political elite.

**Keywords:** Slavery; newspapers; Espírito Santo;

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção da escravidão pelo jornal *A Província do Espírito Santo*. Para tanto, adotamos como recorte espacial o Espírito Santo, província de menor expressão política, econômica e demográfica no cenário brasileiro do oitocentos. Já o recorte temporal se trata da última década da monarquia e, sobretudo, de vigência dessa instituição, entre os anos de 1882 e 1888. Esses dois anos representam, respectivamente, o momento da fundação do impresso e a abolição da escravatura.

Além do que foi exposto, objetivamos demonstrar que o movimento abolicionista apresentado em suas páginas era ritmado pelos acontecimentos da Corte, e possuía como pano de fundo a defesa dos interesses provinciais.

## O jornal: texto e contexto

*A Província do Espírito Santo* foi um periódico fundado em março de 1892. Em sua primeira página, do primeiro número, os editores apresentavam um longo texto com o intuito de deixar claro as ideias adotadas como referência e o rumo a ser seguido. Como cabeçalho, afirmava ser “[...] consagrado aos interesses provinciais e filiado à escola liberal”, bem como “[...] à bandeira de suas reformas e [a]o fundo filosófico que presta à sua doutrina política moderna que assenta sobre a ciência social”. Como se nota, desde o início ele se revestia de um tom reformador, e somado a isso, vinha os interesses regionais. Assim afirmava que:

[...] com o critério de nossas convicções todas as grandes necessidades publicas desta Província, [assim] estudaremos os problemas sociais e econômicos que se debatem na sociedade brasileira sem brecha em nossas opiniões, sem compromissos antecipados (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 15 mar. 1882, p.1).

Em suma, era um órgão afinado com o Partido Liberal, mormente com a ala mais radical, reformista bem como preocupado com os destinos da província, especialmente com o seu estado atual no que diz respeito aos aspectos econômicos, político e social.

A esse respeito, as principais ideias giravam em torno da transformação econômica da província. Isso iria ocorrer por meio do incremento da produção e dinamização do modelo agroexportador. Eles se traduziam, em primeiro lugar, no surgimento de uma

malha ferroviária disposta de forma a centralizar as exportações em um único porto e a estreitar as comunicações com as zonas de produção de Minas Gerais, tornando esse porto na prática um porto “mineiro”. Em segundo lugar, no aumento populacional, e isso seria proporcionado pela importação de trabalhadores, imigrantes estrangeiros, estratégia intercalada com a formação de núcleos coloniais, o que já estava ocorrendo no interior da província. O jornal era instrumento de cobrança junto ao governo pelo apoio à essa causa, defendia os imigrantes, mas sem comprometer a imagem da província como região próspera (BARROS, 2007).

Os redatores eram José de Melo Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira, ambos membros de importante família da capital capixaba e do Partido Liberal. Moniz Freire havia estudado fora, bacharelado-se em Direito em São Paulo. Lá, seu ofício de jornalista foi aprimorado juntamente com a aptidão política, embora fossem ambos, o ofício e a aptidão, de tradição familiar (SANTOS, 2012). A formação em São Paulo permitiu o contato com ideias novas e diversos estudantes, muitos deles abolicionistas. Além disso, aquela província se tornou referência devido à sua pujança econômica, erigida sobre estradas de ferro, imigração e produção cafeeira. Cleto Nunes desde jovem foi jornalista e integrante do partido Liberal, não sendo, como seu parceiro, um bacharel, formado fora da província. De qualquer modo, às vésperas da criação do periódico, já possuía, diferentemente de Moniz Freire, experiência política, e, sobretudo, já compartilhava os ideais trazidos pelo bacharel.

Esses ideais em parte podem ser identificados aos da geração 1870. Esse movimento, de acordo com Angela Alonso (2002, p. 101), foi

[...] uma resposta coletiva de grupos sociais aliados pelo *status quo* saquarema. Aí reside o sentido de seus escritos e associações: visavam a crítica às instituições políticas do Segundo Reinado, e aos valores da tradição imperial. [...] [E, por adotar teorias liberais e científicas, foi também] um movimento político-intelectual de contestação formado por grupos sociais díspares em origem social, mas em comunidade de situação diante do *status quo* imperial: politicamente marginalizados.

Eram contestadores buscavam transformações por meio de reformas, em tom moderado, ordeiro e elitista. Tanto Moniz quanto Cleto se enquadravam nessas características, embora não fossem marginalizados politicamente, uma vez que compunham a elite política local, especialmente durante a vigência dos gabinetes

liberais.

Tendo em vista a heterogeneidade do movimento, havia vários “círculos concêntricos”, metáfora geométrica utilizada por Angela Alonso (2009) para classificar os grupos de acordo com sua proximidade da estrutura estamental do Império e às suas instâncias de poder. Desse modo, mais próximos estavam as dissidências do Partido Liberal: os “novos”, monarquistas, defensores da abolição e posteriormente do federalismo, membros da elite política ou filhos de, obviamente do Partido Liberal. Já os “radicais”, provinham das camadas médias urbanas, e adotaram a república federalista como referência de luta, rompendo politicamente com o partido de origem. Mais distantes estavam os positivistas abolicionistas, também componentes das camadas médias urbanas, defensores de ideias positivistas, da república e da abolição da escravidão. Também afastados, os republicanos federalistas de São Paulo e positivistas do Rio Grande do Sul, compunham elites econômicas regionais, as quais se encontravam marginalizadas do *status quo* político saquarema, o que justifica a opção pelo federalismo. A questão da escravidão passou despercebida, pelo menos até a véspera da Lei Áurea.

Os jovens editores capixabas se enquadravam no primeiro grupo, embora não houvesse qualquer formalidade que os prendesse além da aproximação no campo das ideias e na possibilidade de contatos. Nesse sentido, não foi incomum encontrarmos artigos de importantes vultos nacionais no jornal local, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Não havia um movimento organizado, nem mesmo alguma ideia que traspassasse todos os círculos. Abolição, federalismo e república não eram pautas unânimes, prevalecendo apenas o desejo de modernização da economia, mais liberalização política e laicização do estado, em suma, o espírito reformador (ALONSO, 2009).

Primordial para o triunfo do movimento contestador, entendendo-se isso pela ampla divulgação e adesão do tom reformista, foi o papel desempenhado pela imprensa. Constituiu-se como o principal canal de comunicação, uma alternativa ao sistema político, incapaz de abrigar todos os grupos contestadores. A melhoria das técnicas ampliou a quantidade de jornais e de exemplares (SODRÉ, 2011), o que pode ser exemplificado pelo jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes, o qual teve seus

exemplares ampliados significativamente na década (ver tabela 1). Esse alcance era significativo se levar em conta que somente no recenseamento de 1820, o Espírito Santo alcançou 209.783 habitantes (OLIVEIRA, 2008).

Tabela 1 – Tiragem de *A Província do Espírito Santo*, por ano, entre 1882 e 1889

Ano	Tiragem
<b>1882</b>	1000
<b>1885</b>	1300
<b>1888</b>	1500
<b>1889</b>	1600

Fonte: PEREIRA, 1926.

Outro ponto relevante era pouca diferença em relação aos principais jornais da capital no quesito aparência. E exemplo, escolhemos *O Paiz*, importante jornal da Corte. Como podemos observar (fotos 1 e 2), a disposição e a técnica de impressão eram similares, criando uma semelhança visual que nos impossibilita identificar alterações drásticas que denotem a “superioridade” de um em relação a outro.



Foto 1 – Exemplar de *A Província do Espírito Santo* de 9 de agosto de 1882. Foto 2 – Exemplar de *O Paiz* de 1 de outubro de 1884. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 11 mar. 2015.

### **O jornal e a escravidão: texto e contexto**

A década de 1880 marcou a desagregação do sistema escravista, iniciada com a proibição do tráfico em 1850, e reforçada pela Lei do Ventre Livre de 1871. A

atuação da imprensa e a participação popular foram ingredientes fundamentais para configurar um quadro de agitação e pressão sobre os ministros e os partidos políticos, formando algo “[...] próximo de um movimento popular autêntico” (CARVALHO, 2003, p. 322). Forjou-se uma instabilidade de gabinetes, sem precedentes, em parte por causa da necessidade de se aprovar as leis a favor da abolição (foram ao todo 10 gabinetes vigentes entre janeiro de 1880 e novembro de 1889, sendo 8 liberais e 2 conservadores).

De fato, a discussão em torno da abolição se manteve nos moldes ordeiros, não indo além do desejo de libertação de todos os cativos. Todavia, ela ganhou as ruas, em muito contribuindo a atuação dos periódicos, o que de alguma forma alimentou a rebeldia dos escravos, causando temor entre os proprietários (MACHADO, 2009). Quanto ao tom dos periódicos, ele de modo algum deve ser considerado radical. O diálogo era direto entre os editores e os proprietários, a fim de admoestá-los a alforriarem seus escravos. Era um tom tipicamente reformista, e paternalista em relação aos escravos, considerados incapazes de agir por conta própria (MACHADO, 2006).

Embora a atuação dos impressos não possa ser superestimada como principal razão para por fim à instituição combatida, eles mobilizaram a opinião pública e levaram o debate às camadas populares. Nas regiões mais distantes da Corte, houve até mesmo perseguições, enquanto nas cidades maiores os escravocratas se resumiam a responder publicamente – isto é, em jornais simpáticos a sua causa – acusando os jornalistas abolicionistas de “agitadores”, “anarquistas”, “comunistas” e “socialistas” (MACHADO, 2008).

No Espírito Santo, os jornais tiveram grande peso para reavivar o espírito abolicionista. *A Província do Espírito Santo* e *A Folha da Victoria*, este filiado ao Partido Conservador, foram os principais propagadores desses ideais na década de 1880, sempre de forma ordeira e estimulando as manumissões dos senhores escravistas e propagando a principal associação abolicionista de Vitória: a *Associação Libertadora Domingos Martins*. Todavia, a imprensa abolicionista já existiu na década de 1870, sendo Manoel Feliciano Moniz Freire, pai de um dos editores de *A Província do Espírito Santo*, um dos principais representantes (PÍCOLI, 2009). Em ambos os contextos prevaleceu o tom elitista e ordeiro, a fim de alcançar

a finalidade, ou seja, persuadir a classe proprietária, em diálogo direto, e ao mesmo tempo evitar o fomento de possíveis revoltas que tanto comprometessem os avanços no movimento e a ordem, a tranquilidade, a paz.

Por intermédio da análise que realizamos sobre as notícias que tratavam desse tema, no jornal investigado, foram estabelecidas cinco classificações para as mesmas: proposição de ideias e análises, que trata de artigos objetivando estudar o contexto político, propondo ideias, opiniões ou hipóteses acerca do momento; propaganda, isto é, notícias de manumissões, movimentações e adesões ocorridas fora da província, mas que serviam como exemplo e estímulo; *Meetings*, associações e conferências, enfim, qualquer evento público realizado, sobretudo na província, a fim de propagandear a ideia, os idealizadores e demonstrar o crescimento de adeptos; construção simbólica e representação do passado, mediante poemas, contos, lembrança de datas históricas e a construção simbólica de heróis; e finalmente Política, que são notícias sobre as medidas políticas que foram – ou deveriam ser – anunciadas, acompanhadas algumas vezes de análises.

Por essa tipologia de reportagens conseguimos compreender o nível de ação do periódico e suas diversas estratégias a fim de angariar adeptos para o movimento. Além disso, uma das características a nos chamar a atenção é o acompanhamento fidedigno feito pelos editores em relação à dinâmica do movimento na corte. Até 1885 houve uma crescente tendo em vista a pressão para a aprovação da lei que libertaria os escravos idosos. Após a aprovação da lei, entre o segundo semestre de 1885 e o primeiro de 1887, houve o que Joaquim Nabuco definiu como o “eclipse do abolicionismo”, ou seja, um enfraquecimento do movimento. Seguindo dinâmica similar, o jornal capixaba diminuiu sua campanha, praticamente desaparecendo os artigos escritos pelos seus editores, os quais se limitaram a transcrever artigos de terceiros, como os de Joaquim Nabuco, então importante baluarte do movimento. Foi uma temporária calmaria, ecoando nas ruas, na imprensa e nos espaços legislativos nacionais (COSTA, 1998). *A posteriori*, o jornal refletiu o tônus adquirido na Corte, reascendendo a campanha até 1888, conforme é possível observar na tabela 2.

TABELA 2 – Quantidade e tipos de notícias relacionadas à escravidão, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*, entre 1885 e 1888

Ano	Proposição de ideias e análises	Propaganda: adesões e ações fora da província	<i>Meetings</i> , associações e conferências	Construção simbólica e representação do passado	Política (local e nacional)
1885	6	14	4	2	22
1886	14	7	2	-	7
1887	4	4	13	-	7
1888	25	3*	17	4	18

Fonte: Exemplares referentes anos de 1885 a 1888. \* Somente até 13 de maio de 1888.

O mesmo ritmo pode ser identificado quanto às notícias acerca das concessões de alforrias, presentes na tabela 3. Há a formação de uma curva descendente, que após 1886 torna novamente a ascender, se levarmos em consideração que as 21 notícias de 1888 correspondem apenas ao período que vai de 1º de janeiro até o dia 13 de maio, data da abolição da escravatura. Havia uma oscilação do jornal de acordo com os ecos vindos da Corte, tendo seu ponto mais baixo coincidindo com o “eclipse do abolicionismo”.

TABELA 3 – Quantidade de notícias relacionadas à concessão de alforrias, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*, entre 1884 e 1888

Ano	Concessão de alforrias
1884	66
1885	25
1886	22
1887	34
1888	21

Fonte: PÍCOLI, 2009, p. 113ss.

Evidentemente que o período de “silêncio” dos editores não significava conformação com os ganhos até então adquiridos pelo movimento abolicionista. Eles atuaram



como *gatekeepers*<sup>416</sup> ao selecionarem as informações a serem publicadas. As posições que tomavam apareciam de forma sutil, a exemplo da reportagem em que criticaram o então ministro da Agricultura Antonio da Silva Prado. Em artigo intitulado “Escravidão de africanos”, o ministro foi duramente acusado pelos redatores de desrespeitar a Lei de 7 de novembro 1831<sup>417</sup>, e ao governo de incorrer “[...] no crime de reduzir pessoa livre [isto é, africanos chegados no Brasil após a lei de 1831] à escravidão, ordenando oficialmente a matricula de homens livres por um aviso [n. 17 de 20 de julho de 1886]” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 05 ago. 1886, p. 2). Meses depois, em outra notícia, saíram da imparcialidade ao congratularem um juiz do Mato Grosso porque “[...] restituiu a liberdade a 134 africanos importados depois da lei de 1831. [E por essa razão] Honra ao digno juiz!” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 9 out. 1886, p. 3).

Outro ponto que caracteriza a atuação dos editores em relação à questão abolicionista é a íntima vinculação que faziam à defesa do trabalho livre. O “progresso” e a “civilização” eram as grandes referências e passavam pelo fim da escravidão, e o incremento da imigração. A lavoura era o centro das preocupações. Desse modo, fazendo jus a umas das características dos novos liberais, qual seja a admiração pelos Estados Unidos (exceto quanto ao modelo republicano), os editores o utilizam para exemplificar a relação entre desenvolvimento do trabalho livre e progresso. Admirando a imigração espontânea e o triunfo do trabalho livre naquele país, os editores capixabas entendiam que,

A grande nação norte-americana é um prolongamento da grande civilização europeia; seu território é habitado por um povo que fala a língua mais conhecida do globo, e originário de um outro que do velho mundo tem estendido sua dominação a todos os continentes; seus costumes conservam os mesmos característicos [...] A todos esses elementos já por si fecundantes adem-se outros, dos quais o mais decisivo é a circunstância de ter recebido em sua constituição orgânica o sangue de quase todas as

---

<sup>416</sup> Esse termo foi utilizado por Thiago Barros (2007) para se referir ao modo de ação dos editores do jornal. Esse conceito foi elaborado por Kurt Lewin em 1947 para se remetendo a um indivíduo ou a um grupo cujo poder de decisão o torna selecionador das reportagens que devem ou não ser publicadas, de acordo com o interesse individual ou do grupo (WOLF, 1999).

<sup>417</sup> Essa lei ficou conhecida como “lei para inglês ver”, pois medidas concretas não foram efetivamente tomadas para que fosse cumprida. Por ela, o governo brasileiro se comprometia, perante a Inglaterra, a acabar com o tráfico de africanos para o Brasil, tornando-o crime de pirataria, o que acarretaria seu combate (CARVALHO, 2003). Entre suas resoluções, encontramos no primeiro artigo o trecho que diz que todos os escravos a partir de então que entrassem em solo brasileiro deveriam ser considerados livres. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao\\_original-88704-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao_original-88704-pl.html)>. Acesso em 12 mar. 2015.

ralas, as quais prepararam assim as suas instituições livres e predispuseram logo aquela reunião para a colonização natural e fácil de todos os povos que acumulam-se ali como em uma imensa babel cosmopolita (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 3 set. 1892, p. 1).

O jornal era regrado pelo tom abolicionista ao mesmo tempo em que se preocupava com o progresso material da província. Os quatro artigos intitulados “O nosso estado atual” e “Administração Provincial” representam a preocupação dos editores com a dinâmica econômica da província e a proposição de novas ideias, tais como: a centralização das exportações em um porto para a formação de uma única praça comercial no Espírito Santo, o estreitamento das comunicações e comércio com Minas gerais, e o incremento da produção.

Ao lado dos Estados Unidos, a província de São Paulo era o modelo ilustrativo que precisava ser seguido, devido à sua crescente produtividade proporcionada pela sua extensa e também crescente malha ferroviária, estas

[...] impulsionada pelo atrito das ambições fecundas, a cultivação de seu território, até em localidades grandemente distanciadas dos núcleos comerciais, e sem que esmorecesse fatalmente aos produtores o temor das distâncias a vencer para realizar a venda de suas colheitas (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 21 jun. 1882).

São Paulo foi o modelo escolhido para fazer a junção entre a preocupação com a abolição e a proposta de fomentar a dinâmica econômica do Espírito Santo. Assim sendo, a base para todos esses anseios passava pela extinção da escravidão concomitantemente ao fomento do trabalho livre, mediante à importação de colonos.

Afirma que

De par com a transformação do estado civil do escravo, opera-se o movimento imigratório para a província; não ha dia em que as suas estradas de ferro não conduzam centenas de imigrantes que vê aqui [em São Paulo, de onde escreveu esse artigo] procurar colocação. Uns chegam da Europa á S. Paulo, e outros já ali contratados vêm em demanda do interior povoar e cultivar as propriedades (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1886, p. 2).

### **Considerações finais**

No presente artigo respondemos ao questionamento acerca das características da campanha abolicionista desenvolvida pelo jornal editado por Moniz Freire e Cleto Nunes. Procuramos demonstrar que ela se coadunava a um dos “círculos concêntricos” da geração 1870, daí o seu caráter reformador e elitista, voltado para persuadir os proprietários de escravos a alforriarem seus escravos.

Além disso, argumentamos que a defesa do abolicionismo interagiu com outros ideais defendidos pelo periódico, sobretudo àqueles que iam ao encontro dos interesses provinciais. Em outros termos, a abolição da escravidão era interpretada como condição *sine qua non* para o progresso material da província, o que a tornava imprescindível aos olhos dos editores do jornal *A Província do Espírito Santo*.

## Referências

### Fontes Primárias

A Província do Espírito Santo – 1882/1889.

### Site consultado

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 11 mar. 2015.

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao-original-88704-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao-original-88704-pl.html). Acesso em 12 mar. 2015.

### Obras gerais

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROS, Thiago Zanetti de. **Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora

da UNESP, 1998.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edufrrj), 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo: Secretaria de Estado do Cultura, 2008 (Coleção Canaã, v.8).

PEREIRA, Fernando Cleto Nunes. **Senador Cleto Nunes Pereira: 150 anos**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2005.

PEREIRA, Heráclito Amancio. História da imprensa capixaba. *Revista do IHGES*, n.5, 1926, p.41-80.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2009.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011 (Coleção comunicação FAMECOS/PUCRS;46).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença, 1999.